



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

EDITAL DE PUBLICAÇÃO - CAPA

Processo Administrativo n. 003.2015/CPL/CC-003/2015		NÚMERO: 003/2015
LICITAÇÃO MODALIDADE: CONVITE		
Repartição: CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE Tipo: Menor Preço Global. Regimento: Lei Federal 8.666/93 e alterações. DA LICITAÇÃO A presente Licitação na modalidade de Convite, tipo menor preço global, é regida por este documento e pela Lei 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores:		
DATA DO CONVITE	ENTREGA PROPOSTAS	HORÁRIO
21/01/2015	30/01/2015	11:00hs
LOCAL DE RETIRADA DE EDITAL, BEM COMO, RECEBIMENTO DO ENVELOPE E ABERTURA DAS PROPOSTAS		
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE AVENIDA JOÃO VISCONDE DE QUEIROZ, QD 10, LT 05, SNº, CENTRO, PEIXE – TO;		
1 – OBJETO		
Contratação de serviços técnicos especializados em Advocacia Legislativa, em especial a elaboração de pareceres em Projetos de Leis, elaboração de Resoluções, acompanhamento das sessões em Plenário, orientação jurídica à mesa diretora, bem como, o patrocínio e acompanhamento de ações judiciais em todas suas esferas, em defesa dos interesses desta Casa de Leis.		

1 - DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1.1 - Poderão participar deste Procedimento quaisquer licitantes que:

- a) detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Procedimento - CONVITE;
- b) atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital; e
- c) comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos;

1.2- Não poderão concorrer neste Procedimento:

- a) empresas que estejam em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- b) consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) empresas estrangeiras que não funcionem no país;



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE

- d) empresas que tenham sido suspensas do direito de licitar ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
- e) Empresas e pessoas físicas impedidas por Lei.

1.3 – DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

1.3.1 – PESSOA JURÍDICA

I - Documentação relativa à habilitação Jurídica que, consiste em:

- a) Registro comercial em caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (com as devidas alterações, se houver), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, em caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

II - Documentação relativa à regularidade fiscal da sede da Empresa, que consistirá em:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição Municipal, relativo ao domicílio ou sede da Empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Proponente, constituída de:
 - 1. Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
 - 2. Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.
 - 3. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal.

OBS. As certidões 1 e 2, após 03/11/2014 poderão ser apresentadas de forma conjunta;

- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, constituída de:
 - Certidão de Regularidade de Débitos do FGTS;
- e) Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, constituída de:
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

1.3.2 – PESSOA FÍSICA

- a) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- b) Comprovante de Inscrição junto a Ordem dos Advogados do Brasil;
- c) Comprovante de endereço atualizado; (Considera como atualizados os comprovantes com data de expedição de até 90 dias). O respectivo documento poderá ser substituído por declaração devidamente assinada.

1.3.2.1 O envelope nº 1(um), documentação de habilitação, deverá conter uma via dos documentos indicados no item 1.3 (1.3.1) para pessoa jurídica e (1.3.2) para pessoa física, e ainda:

- a. Declaração da PROPONENTE, de que não pesa contra si inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo;
- b. Declaração da PROPONENTE, de que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;
- c. Declaração superveniente de fato impeditivo

Avenida João Visconde de Queiroz QD 10 LT 05 snº Centro Peixe – To CEP: 77.460-000
CNPJ: 01.447.812/0001-42 FONE FAX: (63) 3356.1131 E-MAIL: camarapeixe@ibest.com.br



ESTADO DO TOCANTINS CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE

d. Declaração ARTIGO 7º CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCISO XXXIII
OBS. Os demais documentos serão dispensados conforme permissivo no Art. 32, p. 1º da Lei n. 8.666/93.

1.3.2.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original acompanhados de cópia simples a ser autenticada pela CPL, ou mediante cópia autenticada por cartório competente. Essa exigência poderá ser superada por declaração de autenticidade de cópias de documentos conforme modelo em anexo.

1.6 – Caso a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, a CPL considerará o(a) proponente inabilitado(a).

2 – DA APRESENTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

2.1 – Os interessados poderão apresentar no momento da sessão de julgamento os envelopes, pessoalmente ou mediante procurador, ou ainda protocolar os respectivos envelopes na Secretaria desta Casa de leis.

2.2 – Caso o interessado apresente os envelopes no dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, mediante representante legal, o mesmo deverá apresentar cópia de documento próprio de identificação com foto acompanhado de Instrumento Público de Procuração específica contendo referências quanto ao órgão licitante, modalidade de licitação com seu respectivo número de registro, bem como, seu objeto;

2.3 – Caso o interessado protocole antecipadamente os envelopes junto à Secretaria desta Casa de Leis ou mediante envio via correios, o mesmo deverá apresentar neste ato carta de apresentação Neste caso, tendo e vista a ausência física do interessado, a íntegra da Ata estará disponível no mural de publicações logo após o encerramento da sessão, iniciando e resguardando assim o prazo recursal;

2.4 – Em todos os casos os interessados deverão apresentar:

a) Declaração de que atende inteiramente as exigências do edital e cumprem os requisitos de habilitação.

2.5 - Uma vez aberto recebido os envelopes e transcorrido o horário previsto no preâmbulo deste Edital, não serão mais aceitos novos participantes no certame.

2.6 - Cada representante poderá representar apenas um interessado.

2.7 - Os documentos referidos nos itens 2.2, 2.3 e 2.4, deverão ser apresentados fora dos envelopes.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

3.1 – Deverão ser apresentados no horário e endereço estabelecidos nos preambulo deste Edital, em envelopes lacrados e não transparentes contendo nome e endereço do licitante e o seguinte sobrescrito:

ENVELOPE 1 –

REF.: PROCEDIMENTO - CONVITE - N: 003/2015

DATA PARA APRESENTAÇÃO 30/01/2015

"DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE

A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

NOME DA(O) PROPONENTE:

CNPJ/CPF Nº

END.

ENVELOPE 2 -

REF.: PROCEDIMENTO - CONVITE - N: 003/2015

Avenida João Visconde de Queiroz QD 10 LT 05 snº Centro Peixe – To CEP: 77.460-000
CNPJ: 01.447.812/0001-42 FONE FAX: (63) 3356.1131 E-MAIL: camarapeixe@ibest.com.br



ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE

DATA PARA APRESENTAÇÃO 30/01/2015

"PROPOSTA COMERCIAL"

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE

A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

NOME DA(O) PROPONENTE:

CNPJ/CPF Nº

END.

3.2 - Inicialmente, será aberto o Envelope 01 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO – e, após o Envelope 02 – PROPOSTA COMERCIAL.

3.3. - As propostas deverão ser apresentadas em 01 (uma) via, sem emendas, rasuras e entrelinhas, datadas, identificadas e assinadas na última folha.

3.4 - Não serão aceitas documentação e proposta enviadas por telex, fac-símile ou outro meio reprográfico que descaracterize o sigilo da Licitação;

3.5 – Os envelopes entregues fora da data e horário limite de apresentação serão devolvidos aos licitantes nas mesmas condições em que foram recebidos;

3.6 – Fazer menção ao número deste Procedimento - CARTA CONVITE e conter a razão social da licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de fax e, se houver, e-mail, e o respectivo endereço com CEP no caso de pessoa jurídica e nome, CPF, telefone e endereço completo no caso de pessoa física.

3.7 - Preço (s) unitário(s)/mensais e total(is) proposto(s) para o(s) objeto(s) ofertado(s), expressos em reais;

3.8 - Prazo de início da prestação dos serviços será imediato à contratação e retroagirá ao início do exercício com análise dos atos e procedimentos ora praticados.

3.9 - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

4. DA SESSÃO DO PROCEDIMENTO – CONVITE

4.1 - A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação exigida e a proposta de preço será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, sendo recomendável a presença dos participantes com 10 (dez) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para a sua abertura, especialmente quando necessária a autenticação de documentos, e desenvolver-se-á da seguinte forma:

4.2 - Declarada aberta a sessão, serão convidados os interessados ou seus representantes que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários à representação/identificação, bem como, serão apresentados aos participantes presentes eventuais envelopes protocolizados anteriormente junto à Secretaria da respectiva Casa de Leis.

4.3 - Em seguida serão anunciados os interessados presentes ou legalmente representadas, bem como, aqueles que optaram pelo protocolo prévio, colhendo as assinaturas dos presentes nos envelopes e procedendo as aberturas dos envelopes 1.

4.4 – Após abertos os envelopes contendo a documentação serão classificadas para a fase seguinte os habilitados;

4.5 – Os habilitados deverão submeter-se à abertura do envelope 2, proposta comercial. No caso de empate será procedido sorteio;

4.6 – Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço global pela execução do objeto e classificada as demais licitantes de acordo com o menor preço;

4.7 - Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, a proponente será declarada vencedora;

4.8 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, ao final assinada pela CPL e licitantes presentes, facultada a assinatura de ouvintes, na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão. A mesma será disponibilizada aos interessados ausentes no mural de



ESTADO DO TOCANTINS CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE

publicações da Casa logo após a sessão, iniciando assim o prazo recursal nos termos deste Edital.

5 - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE JULGAMENTO

5.1 – A comissão avaliará e julgará todos os documentos e propostas, de acordo com a metodologia e critérios a seguir estabelecidos:

a) Será considerado(a) vencedor(a), o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Procedimento - CONVITE e ofertar o menor preço global para a execução do objeto desta.

b) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste ato convocatório, ou que apresentem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis (Lei 8.666, art. 44);

6 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

6.1 - Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.

6.2 - Caberá a CPL decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

6.4 - A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena prevista na legislação pertinente.

6.5 - Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.666/93.

7 – DOS RECURSOS

7.1 - Declarado a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 02 (dois) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo de recorrer, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos.

7.2 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

7.3 - Os recursos deverão observar:

a) quanto à sua interposição, o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da manifestação de sua intenção de recorrer, registrada em ata;

b) a forma escrita, com a assinatura do licitante ou seu representante legal;

c) a legitimidade e o interesse recursais;

d) a fundamentação.

7.4 - O Recurso contra decisão da CPL não terá efeito suspensivo.

7.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.6 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

8 - DOS PREÇOS



ESTADO DO TOCANTINS CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE

8.1 - Os preços propostos deverão expressar o valor UNITÁRIO DO ITEM E AO FINAL O PREÇO TOTAL/GLOBAL, devendo ser discriminados pelo licitante em sua proposta para os itens constantes do objeto desta Licitação e deverão ser contados em Reais (R\$).

8.2 - Em caso de discrepância entre o preço unitário e do preço total, prevalecerá o preço unitário, sendo corrigido o preço total;

09 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1 - Os recursos financeiros destinados ao pagamento do objeto a ser contratado, em decorrência deste processo licitatório, correrão a conta da seguinte dotação orçamentária e elemento de despesa:

Dotação Orçamentária:	
Elemento de despesa:	

10 - DO PRAZO E CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1 - Se a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á sanção disposta na legislação pertinente.

10.2 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93;

10.3 - Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública, por período de até 5 (cinco) anos.

10.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n. 8.666/93.

10.5 - Caso a licitante declarada vencedora se recuse a assinar o contrato, ser-lhe-á aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pelo órgão licitante.

10.6 - Expirado o prazo proposto para a entrega do objeto, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 1 % (um por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do Contrato.

10.7 - A multa prevista neste item será aplicada até o limite de 10 % (dez por cento), o que não impede a critério do órgão licitante a aplicação das demais sanções a que se referem os demais itens acima.

10.8 - Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título também cabem recursos, a serem interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, observando, no que couber, as regras do item 7.3 do presente Edital.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - A licitante vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Instrumento Contratual, conforme determina o Artigo 65, parágrafo primeiro da Lei 8.666/93.

11.2 - O presente poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período, durante a gestão atual, com base no inciso II e § 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

11.3 - Os interessados, ao participarem deste processo licitatório, devem declarar conhecer e estar de acordo com todas as condições e especificações deste ato convocatório;

11.4 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Procedimento - CONVITE, nos termos do art. 41 da Lei 8.666/93 e os recursos administrativos serão regidos de acordo com o artigo 109 da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações;

11.5 - A CPL ou à Autoridade Superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

DOS ANEXOS

São partes integrantes deste PROCEDIMENTO - CONVITE, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Declaração de Idoneidade

Anexo III – Declaração autenticidade de documentação

Anexo IV – Declaração Negativa de fatos impeditivos à habilitação

Anexo V – Declaração do art. 7º da Constituição Federal, inciso XXXIII

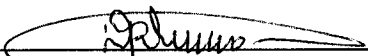
Anexo VI – Carta de Apresentação de Envelopes – Concorrentes Ausentes

Anexo VII – Declaração de Concordância com o Edital


Anexo VIII – Modelo de Proposta

Anexo IX – Minuta do Contrato

Peixe/TO, 21 dias do mês de janeiro do ano de 2015.



DOMINGAS ALVES PUGAS LIMA
Presidente da CPL



ILDETE NUNES DOS SANTOS
MEMBRO



NEUZAIR MENEZES DE SANTANA
MEMBRO



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA
(ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO)**

1 - DO OBJETO – O objeto da presente licitação é a Contratação de serviços técnicos especializados em Advocacia Legislativa, em especial a elaboração de pareceres em Projetos de Leis, elaboração de Resoluções, acompanhamento das sessões em Plenário, orientação jurídica à mesa diretora, bem como, o patrocínio e acompanhamento de ações judiciais, em todas suas esferas, em defesa dos interesses desta Casa de Leis.

2 - DA MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO – A Câmara Municipal de Peixe/TO, necessita da presente contratação visando assegurar o cumprimento da legalidade, especialmente orientação à mesa Diretora quanto aos Projetos de Leis apresentados pelo Executivo, bem como, adequação de atos internos por Resoluções Legislativas.

3 - DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: O critério de avaliação das propostas será o de

4 - DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO – O início dos serviços será imediato à expedição de ordem de serviço, sendo realizado na sede desta Casa de Leis, bem como, no escritório profissional do licitado, de acordo com as necessidades públicas. O pagamento será efetuado até o 10º dia subsequente ao mês de prestação dos serviços.

5 - DO PRAZO: O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE SERÁ DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO ATÉ O DIA 31-12-2015.

6 - RECURSOS FINANCEIROS: As despesas a conta da seguinte dotação orçamentária e elemento de despesa:

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA	
Dotação Orçamentária:	
Elemento de despesa:	

7- DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 A CPL fará o exame da proposta classificada em primeiro lugar, por meio da análise da Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços, declarando-a vencedora, quando verificar a compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

7.2 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista na licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

8. PLANILHA DESCRITIVA:

ITEM	UND / PARCELAS	DESCRIÇÃO	VALOR / UND	VALOR / TOTAL
01	11	Contratação de serviços técnicos especializados em Advocacia Legislativa, em especial a elaboração de pareceres	R\$ 5.900,00	R\$ 64.900,00

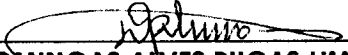


**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

	em Projetos de Leis, elaboração de Resoluções, acompanhamento das sessões em Plenário, orientação jurídica à mesa diretora, bem como, o patrocínio e acompanhamento de ações judiciais, em todas suas esferas, em defesa dos interesses desta Casa de Leis.		
Valor total (estimado)	R\$ 64.900,00 (sessenta e quatro mil e novecentos reais)		

Peixe/TO, 21 de janeiro de 2015.


ILDETE NUNES DOS SANTOS
MEMBRO


DOMINGAS AIVES PUGAS LIMA
Presidente da CPL


NEUZAIR MENÉZES DE SANTANA
MEMBRO



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaro, sob as penas da lei, que _____ CPF
ou CNPJ _____, não foi declarada inidônea para licitar com a
administração pública, nos termos do inciso IV, Art. 87, da Lei 8666/93 e suas alterações.

local, data.

Assinatura
(carimbo)



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS

(NOME)....., CPF ou CNPJ nº....., declara, por meio de seu representante, serem autênticas todas as cópias dos documentos apresentados referente ao **PROCEDIMENTO - CONVITE 003/2015**.

local, data.

Assinatura
(carimbo)



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO

(nome) _____ (CPF ou CNPJ) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório _____, da CAMARA MUNICIPAL DE PEIXE, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

local, data.

Assinatura
(carimbo)



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

ANEXO V

DECLARAÇÃO ARTIGO 7º CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCISO XXXIII

(Nome).....(CPF ou
CNPJ)....., em cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da
Constituição Federal, declara não possuir em nosso quadro funcional, menores de 18 anos
exercendo trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menores de 16 anos exercendo
qualquer trabalho.

local, data.

Assinatura
(carimbo)



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

ANEXO VI

CARTA DE APRESENTAÇÃO – CONCORRENTE AUSENTE

(Nome)....., (CPF ou CNPJ)....., com endereço à....., vem previamente apresentar Envelopes 01 e 02 referente ao **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – CONVITE N. 003/2015** a realizado pela **CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE – TO**, com data designada para abertura e julgamento no dia 30/01/2015 as 11:00hs. Declara-se neste ato que ambos os envelopes encontram se devidamente lacrados.

Local, data.

Assinatura
(carimbo)



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CONCORDANCIA COM O EDITAL E SEUS TERMOS

**À
CPL Da CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE – TO**

Ref.: PROCEDIMENTO – CONVITE nº 003/2015

(Nome).....(CPF ou CNPJ)....., tendo examinado o Edital, declaramos junto a CPL da CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE - TO que concordamos com toda disposição do respectivo termo de convocação, bem como, cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do Envelope de nº 01 – Documentos de Habilitação, em conformidade com o exigido, para participação no Procedimento - CONVITE nº 003/2015, que realizar-se-á no dia 30/01/2015, às 11:00HS. Declaramos ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do edital, ensejará aplicação de penalidades previstas nos termos deste edital e seus anexos aos Declarantes.

Local, data.

Assinatura
(carimbo)



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

**ANEXO VIII
MODELO DE PROPOSTA**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE
A/C DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
REF. CONVITE N. 003/2015**

Nome Completo/RAZÃO SOCIAL:
CPF/CNPJ.
Endereço:

Dados Bancários:
Banco
Ag.
C.C.

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	UND / PARCELAS	DESCRIÇÃO	VALOR / UND	VALOR / TOTAL
01	11	Contratação de serviços técnicos especializados em Advocacia Legislativa, em especial a elaboração de pareceres em Projetos de Leis, elaboração de Resoluções, acompanhamento das sessões em Plenário, orientação jurídica à mesa diretora, bem como, o patrocínio e acompanhamento de ações judiciais, em todas suas esferas, em defesa dos interesses desta Casa de Leis.		
Valor total (estimado)		R\$(.....)		

Valor total:.....

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS
PRAZO DE PAGAMENTO: MENSAL

Local e data.

PROPONENTE



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

**ANEXO IX
MINUTA DE CONTRATO
CONVITE nº 003/2015.**

Que entre si fazem de um lado como **CONTRATANTE** a **CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**, Estado do Tocantins, inscrita no CNPJ nº 01.447.812/0003-42 com sede na Avenida João Visconde de Queiroz QD 10 LT 05 snº Centro Peixe – To CEP: 77.460-000, por seu Presidente em exercício, e de outro lado como **CONTRATADA**: _____, com endereço à _____, por seu representante abaixo assinado, mediante os termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de serviços técnicos especializados em ADVOCACIA LEGISLATIVA, em especial a elaboração de pareceres em Projetos de Leis, elaboração de Resoluções, acompanhamento das sessões em Plenário, orientação jurídica à mesa diretora, bem como, o patrocínio e acompanhamento de ações judiciais, em todas suas esferas, em defesa dos interesses desta Casa de Leis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor Total do presente contrato é de R\$ _____, sendo pagos em 11 (onze) parcelas de R\$ _____;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado em parcela única até o 10º dia do mês subsequente à prestação dos serviços;

CLÁUSULA QUARTA - DA DESPESA

4.1 A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento da CONTRATANTE, enquadrando-se conforme a seguinte **dotação orçamentária**:
..... / **3.3.90.35.99.00**

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

5.1 O contrato terá vigência a partir de sua assinatura, ou seja, de fevereiro até o dia 31 de dezembro de 2015.

SUBCLAUSULA PRIMEIRA – O presente Contrato poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período, durante a gestão atual, com base no inciso II e § 2º do art. 57 da Lei 8.666/93, conforme previsão no Edital que deu origem a este contrato.

SUBCLAUSULA SEGUNDA – O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei 8.666/93, sempre através de termos aditivos numerados em ordem crescente.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas na Lei 8.666/93 e alterações.

O presente Contrato será rescindido de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por qualquer um dos motivos previstos no inciso I do Artigo 79 e nas demais



ESTADO DO TOCANTINS CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE

situações previstas nos incisos XIII a XVI do Artigo 78, todos da Lei 8.666/93 e alterações, compreendendo:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- II - o atraso injustificado no início dos serviços e ainda a paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- III - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- IV - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;
- V - a decretação de falência;
- VI - a dissolução da sociedade;
- VII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste Contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

7.1 Nos casos de rescisão previstos neste contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local que se encontrar;
- II - execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e
- III - retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 O atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, de acordo com os seguintes percentuais, garantida prévia defesa:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, quando a CONTRATADA, sem justa causa, cumprir a obrigação assumida;
- b) 20% sobre o valor deste contrato à parte que descumprir qualquer cláusula contratual;

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1 Compete ao CONTRATADO:

- a) prestar os serviços objeto do contrato com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração, obrigando-se, especialmente, à:
 - I - cumprir as obrigações estabelecidas.
 - II - cumprir orientação do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;
 - III - ressarcir à CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração em decorrência da execução dos serviços;
- b) Elaborar pareceres inerentes aos Projetos de Leis encaminhados a esta Casa;
- c) Elaborar Resoluções Legislativas inerentes a temas essenciais ao regular andamento das atividades desta Casa;
- d) Ajuizar medidas de competência desta Casa em defesa aos seus interesses, bem como, seu acompanhamento em todas as esferas do judiciário, assegurando suas integridade e independência;
- e) Acompanhar as sessões em plenário, bem como, orientar juridicamente a mesa diretora;

9.2 Compete à CONTRATANTE,

- a) Fiscalizar a execução dos serviços, através de técnicos designados para esta finalidade;
- b) Pagar pelos serviços prestados e atestados pelo Controle Interno.
- c) Disponibilizar em tempo hábil, os meios necessários para a realização dos serviços como espaço físico adequado, equipamentos de informática necessários, acesso a internet de boa qualidade.
- d) Disponibilizar ao CONTRATADO tempestivamente em boa ordem todos os documentos necessários para cumprimento do objeto.



**ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE**

e) Suportar despesas com hospedagem, alimentação e combustível, quando em representação ou defesa desta CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Fica designada a Diretora Administrativa executora do contrato que terá poderes para fiscalizar a ação do CONTRATADO no desempenho dos serviços objeto deste Contrato, podendo, para tanto, tomar as medidas julgadas necessárias ao bom andamento dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Fica eleito o Foro da comarca de Peixe, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, do qual extraíram-se 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Peixe/TO, ____ de ____ de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE PEIXE
Presidente

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

CPF Nº _____ CPF Nº _____